

A Nação e a agonia do presidente

ALBERTO GOLDMAN

O governo Collor encontra-se em estado terminal. O presidente da República, no seu último pronunciamento em cadeia nacional, ainda que hábil, não desfez a convicção majoritária da Nação de que ele não é isento de responsabilidade pelos desmandos cometidos pela quadrilha que se instalou na administração pública federal. Conseguiu apenas uma sobrevida, adiar o desenlace, uma pequena melhora que prenuncia e confirma a fatalidade. Ninguém se engane com os resultados das pesquisas de opinião. O que o povo afirma é que teme pelo futuro incerto, na hipótese da renúncia, mas não acredita no sr. Fernando Collor.

Não o afirmamos com alegria. Ao contrário, com profunda tristeza, porque, ainda que na oposição, vínhamos trabalhando com a perspectiva de garantir a governabilidade, almejando impulsionar as transformações estruturais necessárias para enfrentar os desafios do desenvolvimento do País.

No entanto, não nos parece possível que a CPI



não encontre as provas necessárias para comprovar a ligação do presidente com o "operador" Paulo César Farias. Bastará um documento e toda a estrutura do seu pronunciamento ruirá como um castelo de cartas.

O País não tem nada a temer com esta perspectiva, ainda que o trauma seja inevitável. As forças políticas responsáveis trilharão o caminho da legalidade, do respeito à Constituição. Sem apelos à renúncia do presidente — ainda que cômicos de que esta é a saída menos dolorosa —, obtidas as provas, não se furtarão a promover o processo do presidente por crime de responsabilidade.

O maior ou menor tempo que levará o episódio será definido pelo próprio presidente, pelas forças políticas que o apóiam e pela reação da sociedade. A sua agonia política, com consequências sobre a economia do País, depende destes agentes. No entanto, não podemos apressar os passos em demasia, para não impedir o livre direito de defesa e a tramitação regular do processo, sob pena de ilegitimidade ou ilegalidade da ação, mas não devemos retardar os procedimentos, sob pena de agravar ainda mais a nossa crise econômica.

A nossa frágil e recente democratização está diante do seu mais duro desafio, mas a agonia do

presidente não é a agonia da Nação. O Congresso Nacional tem se mostrado à altura das responsabilidades do momento, não apenas porque é nele que se desenrola o centro da ação que procura desvendar a verdade, mas, muito além disso, porque o Congresso, por paradoxal que pareça, no meio deste tumulto, vem discutindo e votando leis das mais importantes, tanto para fechar os buracos pelos quais passam tantos PCs, quanto para realizar as transformações que o futuro do País exige. A lei de concessão de serviços públicos, a nova lei de licitações, a criação da Advocacia Geral da União, a modernização dos portos, a regulamentação do item constitucional que trata da reforma agrária e muitas outras medidas foram apreciadas e votadas mostrando uma instituição atuante, vigorosa e eficiente, capaz de respaldar o País em seus momentos de crise e avaliar o cumprimento das aspirações democráticas e sociais da Nação.

Esta é a garantia da continuidade da construção da democracia em nosso país. Qualquer que seja o desenlace do episódio que atinge o chefe supremo da Nação, esta pode estar segura de que, no meio da tormenta, com maturidade, respeito à lei e respaldo da sociedade, o Congresso saberá conduzir o País para um porto seguro.

■ Alberto Goldman é deputado federal (PMDB-SP)